

A Inserção Internacional do Brasil e os Novos Desafios à Política de Defesa Nacional

Paulo Roberto Laraburu Nascimento()*

RESUMO

Apoiando-se em idéias difundidas durante o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, ocorrido em novembro de 2007, em Brasília, este artigo apresenta questões relacionadas à Política de Defesa Nacional no quadro maior da inserção internacional do Brasil. Nesse encontro, a intransigente defesa dos interesses nacionais foi vista como aspecto fundamental para uma atuação ativa, madura e autônoma em relação a centros hegemônicos de poder — posicionamento político do qual o país não pode abrir mão, dada a sua reconhecida potencialidade estratégica. Durante o encontro, também se confirmou o acerto da presença do evento estratégico denominado de *reações internacionais ao protagonismo brasileiro* nos Cenários EB 2022.

Palavras-chave: inserção internacional; política de defesa; cenários EB/2022.

ABSTRACT

Supporting by ideas discussed during the VII National Meeting of Strategic Studies, occurred in November 2007, in Brasilia, this article presents issues related to the Brazilian National Defense Policy, as part of the international insertion of Brazil. At that meeting, the intransigent defence of national interests was seen as a key aspect for an active, mature and autonomous posture in face of hegemonic centers of power - political position which the country can not discard, because its recognized strategic capability. During the referred meeting has also been confirmed the wisdom of the presence of the strategic event called international reactions to the brazilian leadership in EB 2022 Prospective Scenarios.

Key-words: international insertion; brazilian national defense policy; EB prospective scenarios.

* É coronel e membro do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

O terceiro magno desafio da sociedade brasileira é a realização de seu potencial econômico, político e militar. O Brasil não é um micro, mini, pequeno ou médio Estado.
(Samuel Pinheiro Guimarães)

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é discorrer sobre as principais idéias e percepções oriundas do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos¹ relacionadas à questão de defesa, no contexto da inserção internacional do Brasil. Além de se apoiar nas palestras realizadas², este trabalho baseia-se, também, no pensamento de estudiosos do assunto que não participaram do evento.

Nesse encontro, ainda que não tenha se constituído em foco central do mesmo, a questão das reações internacionais ao protagonismo brasileiro, que é um dos eventos estratégicos presentes nos Cenários EB 2022³, evidenciou-se como aspecto de relevância nas abordagens relacionadas à projeção mundial do Brasil. Essa constatação justifica a presença desse evento nos cenários futuros do Exército Brasileiro, confirmando os estudos prospectivos já realizados a respeito da inserção internacional do Brasil.

Ao se falar de projeção mundial de Estados, percebe-se sua estreita vinculação com a questão do poder nacional⁴, cuja efetividade influi sobre o traçado de estratégias de inserção internacional. Vale lembrar que o poder nacional é formado por todos os recursos à disposição do Estado — noção, aliás, que não é nova. Na Idade Moderna, quando, na Europa Ocidental, se iniciou o processo de formação dos primeiros Estados nacionais, reis e príncipes já consideravam a utilização de todos seus recursos de poder para a consecução de seus interesses — necessidade germinada na percepção de que somente quem detém poder consegue gerar efeitos. A história registra que o emprego de recursos de poder para a superação de desafios tem sido uma constante ao longo da vida das nações. Nas grandes questões nacionais, o poder nacional deve ser empregado de forma integrada, o que varia são as gradações de intensidade na aplicação de cada um de seus componentes⁵.

O conteúdo das palestras e os debates realizados confirmaram a perenidade de uma das lições básicas do jogo estratégico internacional, a de que os Estados atuam no tabuleiro global para a

¹ O encontro transcorreu no período de 06 a 08 de novembro de 2007, na cidade de Brasília.

² Os palestrantes e seus temas: Senador Aloizio Mercadante - *A Política de Inserção Ativa do Brasil no Cenário Internacional*; o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger – *Desafios ao projeto estratégico de fortalecimento do poder nacional*; o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Secretário Executivo das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - *Relações Exteriores, Segurança e Defesa*.

³ Entre abril e dezembro de 2005, o Exército conduziu o projeto “‘Cenários Prospectivos para o EB em 2022’ (Cenários EB/ 2022). Tal estudo considerou a organização como um todo e a antevisão do futuro para respaldar decisões da alta administração, segundo perspectivas de curto (2007), médio (2015) e longo prazos (2022). O trabalho fez parte do esforço intelectual da organização para enfrentar os desafios provenientes da acelerada evolução da conjuntura.” Vide: BRASIL (2006).

⁴ O artigo trabalha com o pensamento doutrinário da Escola Superior de Guerra (ESG), segundo o qual “poder nacional é a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais”. O poder nacional, capacidade una e indivisível, pode ser estudado segundo suas manifestações, que se processam em 5 cinco expressões: “política, econômica, psicossocial, militar, científica e tecnológica”. Vide: Escola Superior de Guerra (2006, p. 23 e 27).

⁵ As cinco expressões do poder nacional: vide nota anterior.

consecução de seus interesses nacionais, contrariando o discurso dominante do início da década de 1990 que apontava para o enfraquecimento dos Estados, devido à influência dos fenômenos da globalização e da regionalização nas relações internacionais⁶.

2 O INTERESSE NACIONAL COMO QUESTÃO SEMPRE PRESENTE

A intransigente defesa dos interesses nacionais é condição básica para uma inserção madura e independente do Brasil no cenário internacional. Essa idéia sedimenta a percepção de que a atuação do País no sistema internacional deve seguir uma estratégia independente, autônoma em relação a centros hegemônicos de poder. Num ambiente em que os Estados atuam visando à consecução de seus interesses nacionais, a aplicação dessa estratégia encontra um sistema internacional formado por “uma complexa teia de situações de conflito, competição e cooperação entre Estados (e atores não estatais) em que a preponderância de uma dessas três situações depende da correlação de forças e interesses em cada região, em cada tema e em cada momento” (GUIMARÃES, 2005, p. 245).

A complexidade do sistema internacional ressalta ainda mais a necessidade de que a condução da política externa seja rigidamente balizada pelos interesses nacionais⁷. A política externa é um dos elementos centrais da estratégia de fortalecimento de um Estado. Ao serem transformados em metas plausíveis, os objetivos de política externa⁸ serão buscados no ambiente desigual da política internacional, “sem ilusões quanto à amizade de outros Estados ou quanto a supostas tendências benévolas do sistema internacional”. Esse pensamento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães indica que a disponibilidade própria de recursos de poder é o único meio para o Estado atingir seus objetivos, numa moldura de integralidade do poder nacional, em que “a política exterior está vinculada, em uma inter-relação ativa, com a política de defesa nacional e com a estratégia geral de desenvolvimento econômico e político”.

A afirmação do interesse nacional evidencia a necessidade de o Brasil vir a ocupar, cada vez mais, posições de destaque nos fóruns multilaterais – exigência que pode ser encarada como forma de atenuar as pressões oriundas de uma política internacional fortemente assentada na distribuição assimétrica de poder. É nesse sentido que a pretensão brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas insere-se como objetivo relevante da política externa nacional, destinada a tirar proveito das vantagens decorrentes de melhor

⁶ A respeito das tendências da globalização e integração nas relações internacionais desde 1990, vide Cervo (2007).

⁷ Sobre o *interesse* nas relações internacionais, Caminha (1982, p. 23) expressa o seguinte: “Sendo, pois, inerente aos homens e às coletividades, constitui o interesse o elemento mais prontamente reconhecível nas relações entre os Estados. Sua abstração nas relações internacionais é, por conseguinte, completamente impossível. Tudo é decidido em função dele, de forma ostensiva ou não”.

⁸ Listam-se alguns objetivos da política externa brasileira, segundo o tema apresentado pelo Senador Aloísio Mercadante: consolidar e ampliar o Mercosul; fortalecer o multilateralismo e suas instituições; integrar econômica, política e fisicamente a América do Sul; enfatizar a cooperação Sul-Sul, sem descuidar dos parceiros tradicionais; reaproximar o Brasil à África e ao Oriente Médio; criar e consolidar parcerias estratégicas (China, Índia, África do Sul); preservar os espaços para a implantação de políticas industriais e de desenvolvimento; e, combater as assimetrias da economia e do comércio mundiais.

posicionamento do Brasil face às estruturas internacionais de poder, situação que ensejaria condições políticas mais confortáveis para a defesa dos interesses nacionais⁹.

A visão realista da defesa dos interesses nacionais vincula-se à capacidade de o Brasil exercer influência sobre outros atores, o que depende de disponibilidade de poder. Essa condicionante da ação internacional sugere a necessidade do desenvolvimento da potencialidade estratégica brasileira, pois “apesar da igualdade legal e formal, a distribuição de poder desigual indica que a arena das relações internacionais pressupõe uma ‘política de poder’” (GRIFFITHS, 2004, p.11).

3 A POTENCIALIDADE ESTRATÉGICA BRASILEIRA

A potencialidade estratégica brasileira contribui para a percepção da possibilidade de uma inserção madura e autônoma do Brasil no cenário internacional. Segundo Mattos (2005, p.8),

a primeira avaliação baseada na análise prospectiva dos fatores de poder de que tivemos conhecimento sobre a possível ascensão do Brasil à categoria de grande potência veio dos livros publicados pelo professor Ray Cline, presidente do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, de Washington. Esses livros, denominados “World Power Assessment – a calculus of strategic drift”, visavam à avaliação do poder político e estratégico dos países do planeta e foram republicados algumas vezes com as avaliações atualizadas nos anos 70 e 80. Neles, o Brasil sempre figurou entre os oito países emergentes candidatos ao elenco das futuras grandes potências.

Em outro estudo recente, divulgado nos Estados Unidos, produzido pelos analistas da Consultoria Goldman Sachs, o nosso País aparece como uma das possíveis cinco maiores economias do mundo daqui a 50 anos. É interessante observar que, em todas as prospecções sobre o futuro dos atuais países emergentes, sempre aparecem como candidatos a grande potência o Brasil, a China e a Índia¹⁰.

No campo energético, as avaliações prospectivas também têm sido favoráveis ao desenvolvimento da potencialidade estratégica nacional. Com a necessidade mundial de geração de energia limpa cada vez maior, a capacidade do país na produção de energias renováveis posiciona o Brasil em posição de destaque num cenário futuro em que “os biocombustíveis tendem a adquirir mais relevância geopolítica, e os grandes produtores se tornarão influentes no tabuleiro do século 21, da mesma maneira que os exportadores de petróleo no século XX¹¹” (QUEIROZ, 2007). Ademais, recente anúncio da descoberta do campo petrolífero de Tupi abriu promissoras perspectivas para melhor

⁹ Para aprofundar o pensamento a respeito do pleito brasileiro por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, vide Guimarães (2007, p. 121).

¹⁰ Segundo Viola (2007, p.68), tendo por referência apenas a economia de mercado, “o Brasil está na frente, com a Índia em segundo lugar, a China em terceiro e a Rússia bem atrás.”

¹¹ Declaração de Edward Alden, membro do Conselho para Relações Exteriores do Departamento de Estado/E.U.A. por ocasião de sua visita ao Brasil em março de 2007. Essa declaração motivou a utilização pela mídia da expressão *Brasil, Potência Energética do Século XXI*.

posicionamento internacional do Brasil na estratégica e vital geopolítica do petróleo¹².

4 A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

A potencialidade estratégica brasileira favorece a possibilidade de mudança de postura do Brasil na dinâmica de seu relacionamento internacional. A adoção de estratégias mais ativas e autônomas de inserção mundial decorre dessa constatação. Segundo Ronaldo Sardenberg¹³, o Brasil sempre teve um papel voltado mais para dentro de si mesmo. O país preferiu atrasar o seu avanço na arena internacional, com foco no interno:

[...] mas essa ênfase está se tornando obsoleta. Seremos forçados a ter uma presença internacional mais ostensiva e convivendo com nossa crise interna permanente. O Brasil deve assumir as dificuldades mundiais e um papel compatível com a sua importância ou achar que é incapaz e ser, então, tutelado (*apud* BLINDER, 2003, p.79).

A atuação internacional mais dinâmica tem sido uma característica de nossa política externa, favorecida pela conjuntura do pós-Guerra Fria. A importância do multilateralismo na nova ordem mundial favoreceu os Estados que balizam sua ação diplomática pelos princípios da não-intervenção, da solução pacífica dos conflitos e da rígida observação das normas do direito internacional. A nova ordem tende a encarar esses princípios como legitimadores de poder, o que contribui para ressaltar a tradicional capacidade de articulação de consensos da diplomacia nacional nos fóruns multilaterais. Saraiva (2006, p. 41) afirma que “a movimentação diplomática pela formação do G4¹⁴ e a obsessão pela entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas exemplificam, sem dúvida, esse esforço de se fazer mais presente na cena global”.

Na verdade, todos os movimentos que conduzem a uma maior dinamização da agenda internacional do país provam a importância do multilateralismo como instrumento peculiar de inserção internacional do Brasil, pois os fóruns multilaterais se apresentam como espaços diplomáticos privilegiados para países *carentes de excedentes de poder*¹⁵ articularem a defesa de seus interesses.

A dificuldade para a inserção madura do Brasil no cenário internacional, seguindo uma estratégia baseada em ações autônomas, depende essencialmente da criação de acréscimo de recursos de poder, o que acontecerá, segundo Guimarães (2005, p.71), somente após a nação vencer os quatro desafios que se apresentam à sociedade brasileira: “a redução gradual e firme das extraordinárias disparidades sociais, a eliminação das crônicas vulnerabilidades externas, a construção do potencial

¹² Zago (2008).

¹³ Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas, representando-o no Conselho de Segurança (2003-2004).

¹⁴ Grupo formado pelos quatro países (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) que apóiam suas candidaturas de forma recíproca a membros permanentes de um Conselho de Segurança ampliado. Vide Brasil (2007, p.199).

¹⁵ Expressão frequentemente utilizada nas análises do sistema internacional para designar Estados que carecem, particularmente, de capacidades econômica e militar expressivas.

brasileiro e a consolidação de uma democracia efetiva, em um cenário mundial violento, imprevisível e instável”.

5 AS REAÇÕES INTERNACIONAIS AO PROTAGONISMO BRASILEIRO E OS CENÁRIOS EB/2022

Uma vez que uma dinâmica inserção internacional do Brasil torna o país mais aberto a questões que envolvem guerra e paz, cooperação e conflito, riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento, num processo de permanente mudança conjuntural, a análise prospectiva exige o monitoramento constante do cenário global para dele extrair sinais que possam vir a indicar potenciais fatores de atrito.

Foi assim que os *Cenários EB 2022* identificaram algumas questões de importância relacionadas ao setor de segurança e defesa. Dentre elas, encontrava-se a possibilidade de que o aumento da relevância brasileira no processo decisório mundial redundasse no surgimento de áreas de atrito:

Enquanto países desenvolvidos mantêm suas posições usando o poder que detêm ou construindo acordos internacionais favoráveis a seus interesses, nações em desenvolvimento têm de lutar por acesso a novas oportunidades.

Embora não esteja envolvido em conflitos de vulto, o Brasil está inserido nesse contexto de desafios e pretende modificar sua posição no jogo internacional, superando barreiras típicas de quem se localiza na periferia do poder mundial. Essa atitude brasileira poderá propiciar o surgimento de situações conflituosas decorrentes de reações dos países forçados a ceder espaços e da própria cobiça internacional pelo grande volume de recursos naturais do País (BRASIL, 2006).

É nesse contexto que cabe a observação de que a alteração de perfil de atuação de determinado ator no cenário internacional, adotando postura mais dinâmica, normalmente causa impacto nos arranjos de poder já existentes, pois o sistema estabelecido deverá adaptar-se à nova situação. Dependendo da amplitude da mudança, o sistema poderá ter seu equilíbrio modificado. A presença de ator dotado de vontade expressiva pode gerar situação de reação, caso a alteração de equilíbrio redunde em perda de espaço para atores que até então mantinham posição dominante.

Essa situação se origina da conjugação do conhecido mecanismo de equilíbrio de poder¹⁶ com os processos de interação social-coletiva denominados por Osborn e Neumeyer como “interações antagônicas e interações unificadoras” (*apud* SILVA, 1967, p. 206). Assim, cria-se o ambiente propício para o surgimento do conflito ou da cooperação, conforme se constata

¹⁶ A respeito do mecanismo do equilíbrio de poder, Rocha (2002, p. 270) ensina que “ao perceberem o crescimento desproporcional de recursos de poder de um Estado específico, os demais se organizam de modo a contrapor-se a uma eventual hegemonia desse Estado. Para os realistas, esse comportamento caracteriza a essência da ação dos Estados no plano internacional”.

quando se monitora o cenário internacional.

6 ÁREAS INTERNACIONAIS DE ATRITO E DE ENTENDIMENTO: MONITORAMENTO DE CENÁRIOS

A existência de áreas internacionais de atrito e de entendimento no relacionamento internacional obriga a realização de trabalho de monitoramento de cenários, pois sobre essas áreas atuam forças que podem levar ao conflito ou à cooperação, o que proporciona oportunidades palpáveis para a percepção da ocorrência de reações à atuação mais dinâmica de determinado ator.

O rigor semântico impõe que se faça uma distinção entre os termos áreas de atrito e áreas de entendimento, ainda que seja numa perspectiva didática, pois eles permeiam a dinâmica das reações internacionais. Assim, as áreas de atrito indicam aqueles temas da agenda diplomática brasileira em que é mais difícil a obtenção de consenso resultante da harmonização de interesses divergentes. Por oposição, as áreas de entendimento apresentam maior facilidade para a obtenção do equilíbrio de posições. Claro está que as áreas de atrito são propícias ao surgimento de reações, que podem se configurar em embaraços à consecução de determinado objetivo do Estado.

Lafer (1993) identifica a presença de forças centrípetas e forças centrífugas no cenário internacional, situação que favorece o desenvolvimento de áreas de atrito pela ausência da convergência de interesses levando “a percepção de descontinuidades no sistema internacional”.

As áreas de atrito, muitas vezes, podem surgir mesmo num clima de cooperação, não havendo, necessariamente, a intenção de obstaculizar protagonismos. Nesse sentido, há de se diferenciar estratégias de construção de barreiras ao crescimento de determinado ator daquelas “relações que são apenas competitivas, não-conflituosas [...]. Os Estados perseguem alguns objetivos que são divergentes, mas não conflitantes” (WENDZEL, 1985, p.47).

Guimarães (2005, p. 323) não nos deixa esquecer que os regimes internacionais também convivem com áreas de atrito, pois o fim da Guerra Fria acelerou os processos de normalização das relações internacionais:

Em cada uma das principais esferas do sistema internacional, quais sejam as esferas econômica, política e militar, esses processos de normatização apresentam, hipoteticamente, aspectos positivos e negativos, esperanças e ameaças.

Como possíveis áreas de atrito na política externa do Brasil, apontam-se para a pretensão brasileira por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU; as restrições ao acesso de tecnologias de ponta, as barreiras comerciais impostas ao ingresso de produtos brasileiros a mercados de expressivo potencial econômico; a questão do meio ambiente – aí incluído o desejo de desenvolver

tudo o potencial disponível de energia renovável existente em território nacional; e a situação dos milhares de brasileiros vivendo em área fronteiriça boliviana e paraguaia. Esses são alguns dos temas presentes na agenda diplomática nacional que reúnem potencial para se transformarem em instrumentos de reação a uma maior presença brasileira no cenário global. Portanto, a existência de áreas de atrito no relacionamento bilateral ou multilateral cria ambiente favorável à germinação de reações contrárias ao posicionamento de determinado ator. Mesmo sem se transformar em crise, uma situação de divergência oferece espaço para o acirramento de posições na manutenção dos interesses. As reações, então, passam a ser usadas para obstaculizar a consecução dos interesses do outro.

7 OS NOVOS DESAFIOS À POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

A presença do Brasil em patamar de maior destaque no cenário internacional, que é uma das imagens presentes nos Cenários EB 2022, certamente redundará em maiores responsabilidades nacionais no campo da segurança internacional, em particular no entorno regional. Essa possibilidade tem estimulado reflexões a respeito da dinamização e da criação de novas capacidades estratégicas para as Forças Armadas decorrentes de estudos relacionados à implementação de novas condicionantes à Política de Defesa Nacional¹⁷.

Alguns pressupostos básicos orientadores desse estudo, segundo o pensamento do atual Ministro da Defesa, relacionam-se às necessidades de criação de máxima autonomia nacional no setor de produtos (serviços e materiais) de defesa, de definição conjunta entre os militares e a sociedade brasileira a respeito da relevância do papel das Forças Armadas, de clareza na explicitação do grau de protagonismo desejado quanto à inserção internacional do Brasil e à criação de efetiva capacidade militar dissuasória no plano internacional.

A intenção de priorizar os investimentos em material de defesa na indústria nacional resgata o tradicional conceito que liga a segurança ao desenvolvimento nacional, aspecto que se faz presente para prestigiar a competência genuinamente nacional no setor, que se insere na estratégia de obtenção de independência estratégica na área de defesa.

Nesse sentido, a nova política de defesa deverá orientar o reaparelhamento das Forças Armadas com base no fortalecimento da indústria nacional. Segundo o Ministro Jobim, há de se “produzir insumos, fazer um ajuste com o setor privado e criar uma política de compras públicas, mesmo que o produto nacional seja inferior e mais caro, para estimular o desenvolvimento”.

A sensibilização de setores políticos influentes no processo decisório nacional para a importância do papel das Forças Armadas é uma medida que passa pelo debate conjunto entre militares

¹⁷ O Ministro Nelson Jobim anunciou a data de 7 de setembro de 2008 para entregar à sociedade o que ele chamou de “novo Plano Estratégico de Defesa Nacional”.

e sociedade, como forma de superar antigos preconceitos que ainda prejudicam o pleno desenvolvimento da área de defesa¹⁸.

O grau de protagonismo do Brasil no cenário internacional é outra questão que afeta a formulação da política de defesa nacional. O perfil mais ativo ou mais acanhado de um país em suas relações internacionais tem implicações diretas com as capacidades estratégicas operacionais a serem projetadas, numa realidade que privilegia a necessidade do alinhamento das políticas exteriores e de defesa. A questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU, no qual o Brasil é candidato a ocupar vaga permanente, e a idéia de ampliação do G8¹⁹, com a inclusão do país, são exemplos que apontam para uma postura de maior dinamismo no cenário global, com reflexos diretos sobre a capacitação militar brasileira.

A melhoria da capacidade operacional das Forças Armadas se vê inserida nesse contexto de crescente projeção mundial do País, não somente pelas exigências por maior colaboração à paz internacional, demanda típica imposta a atores relevantes, mas também para dar maior credibilidade à política de defesa, pois a dissuasão, que é um dos aspectos centrais dessa política, só é crível em face de elevados índices de operacionalidade das Forças Armadas, isto é, de efetiva capacidade para o combate.

A intenção de inserir a política de defesa na esfera internacional é outro desafio percebido no pensamento de Guimarães (2005, p. 336), quando apresenta recomendações para a estratégia militar do Brasil. Segundo ele é preciso

reconhecer que as despesas com segurança não têm, na maior parte dos países, nenhuma relação com inimigos ou ameaças próximas, mas sim com seus interesses de natureza política e econômica global [...].

Reconhecer a importância primordial da cooperação com as Forças Armadas de países vizinhos da América do Sul, com extraordinária atenção à necessidade de evitar qualquer suspeita, ainda que apenas percebida, de pretensão à hegemonia militar.

Reconhecer a urgência de definição detalhada de uma estratégia militar própria para o Brasil e para a América do Sul. Essa estratégia de defesa deve ter natureza civil-militar, tendo como objetivo a indispensável autonomia de desenvolvimento tecnológico-militar e de suprimento de material bélico.

8 CONCLUSÃO

A inserção internacional do Brasil deve sustentar-se em dinâmica própria que privilegie sua participação autônoma e independente no sistema internacional. A postura de independência em relação aos centros hegemônicos do poder mundial só pode ser vislumbrada pelos países possuidores de

¹⁸ O Ministro da Defesa lamentou que “logo após o fim do regime militar, a desconfiança entre civis e militares tenha impedido um debate maduro sobre as questões de defesa na Assembléia Nacional Constituinte. Havia, por exemplo, uma brutal oposição ao Projeto Calha Norte, de defesa da Amazônia, visto com suspeita pelos constituintes como se fosse apenas mais uma forma de consolidação do poder militar”.

¹⁹ Grupo constituído pelos sete países mais ricos do mundo (o denominado G-7, formado pelos EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá) e pela Rússia. A respeito do G8, vide Brasil (2007, p. 233).

elevado potencial estratégico — particularidade que permite ao Brasil estudar a adoção de ações mais ativas no cenário internacional, dependentes, logicamente, do grau da disponibilização de recursos de poder existentes. Assim, a transformação do imenso potencial brasileiro em poder é problema estratégico que deve ser considerado como verdadeiro desafio nacional a ser enfrentado pelas atuais e futuras gerações. Sem essa mudança, a capacidade de construir e de implementar estratégias que conduzam a interesses nacionais de maior envergadura ficará prejudicada.

Certamente que o poder é uma das facetas mais visíveis no relacionamento entre os Estados, por trazer à tona as assimetrias que marcam o sistema internacional. A capacidade de exercer influência é uma das características presentes na conceituação do termo poder. Na interação entre diversos atores, os mais poderosos, normalmente, são mais bem sucedidos na consecução de seus objetivos, pelas vantagens advindas das relações assimétricas de poder. Essa situação lhes permite desfrutar das vantagens políticas e econômicas advindas da posição que ocupam no centro do sistema mundial de poder. Na visão de Guimarães (2007, p.65), “a concentração de poder é decisiva para determinar a forma como se organizam as relações entre os Estados”. Por outro lado, os atores com carência de poder ocupam a periferia do sistema internacional, restando-lhes, segundo esse mesmo autor, “duas posições [para alterar o *status quo* reinante]: a primeira, fatalista, aceita que existem desigualdades e concentração de poder [...]; a ação humana nada ou pouco pode contra tal tendência. A segunda posição acredita que a ação humana, em especial do Estado, pode corrigir as tendências naturais à concentração de poder”.²⁰

Essa segunda posição convive com a diversidade de interesses presentes na política mundial e favorece a existência de áreas de atrito, que é lavoura fértil para o nascimento de reações a tentativas de mudanças no *status quo* por parte de atores não situados no centro do sistema. É nesse sentido que os Cenários EB/2022 trabalham com o evento estratégico denominado de reações internacionais ao protagonismo brasileiro.

Assim, a inserção internacional do Brasil assentada em estratégias mais ofensivas liga-se ao fenômeno das reações internacionais ao protagonismo brasileiro, constituindo-se em aspecto não só de interesse da política externa, mas também da política de defesa nacional — situação que indica que o tema segurança²¹ tende a se fazer mais presente na agenda internacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

²⁰ Idem, ibidem, p. 66.

²¹ A *segurança* é definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso (Brasil, 2005, p.5).”

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Cenários Prospectivos Exército Brasileiro de 2022*: relatório resumido. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://lomas/ceeex/cenarios/relatorios.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2006. Material elaborado para a 243ª Reunião do Alto Comando do Exército, em 15 fev. 2006.

_____. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Decreto n 5484, de 30 de junho de 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de política externa*: posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BLINDER, Caio. *Nosso homem na ONU*. Revista Primeira Leitura. Edição n° 15, maio de 2003.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos da Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

CERVO, Amado Luiz. *Globalização, integração e estado nacional no mundo contemporâneo*. Painel. Primeiro Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília, 25 a 27 de julho de 2007.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico da ESG*. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na Era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *Quinhentos anos de periferia*: uma contribuição ao estudo da política internacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. Tradução de Vânia de Castro. São Paulo: Contexto, 2004.

LAFER, Celso. (1993). O Brasil no Mundo Pós-Guerra Fria. Exposição feita no Seminário “As Políticas Externas da Argentina e do Brasil frente a um Mundo em Transição: Diversidade, Convergência, Complementariedade”. Buenos Aires, 04 Set. 1993.

MATTOS, Carlos Meira. *Brasil Potência*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, n.413, Mar/Abr 2005.

QUEIROZ, Silvio. Biocombustíveis: Era do Ouro Verde. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 18. 18 Mar. 2007.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2002.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *A hegemonia dos Estados Unidos*. Trabalho publicado em Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. *Sistema Internacional com hegemonia das democracias de mercado: desafios de Brasil e Argentina*. Florianópolis: Insular, 2007.

ZAGO, Evandro Farid. *O Campo Tupi e a revolução do perfil energético brasileiro*. Disponível em: <<http://mundorama.net/2007/12/15/o-campo-tupi-e-a-revolucao-do-perfil-energetico-brasileiro/>>.

Acesso em 25 mar. 2008.

WENDZEL, Robert L. *Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

DADOS PARA FICHA CATALOGRÁFICA

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu. *A inserção internacional do Brasil e os novos desafios à Política de Defesa Nacional*. Brasília, 2008. CD Rom, 72 KB. Última revisão em: 15 maio 2008.

© Copyright 2008. Todos os direitos reservados ao autor.(EMail:chspe1@eme.eb.mil.br).